

Um Balanço necessário

Os últimos quatro anos de actividade da Assembleia da República e do Governo mostraram duas características principais quanto à política de imigração:

A negativa convergência entre PS e partidos da direita (PSD e CDS/PP) para a aprovação de leis e medidas muito restritivas em matéria de imigração, direitos dos estrangeiros e de asilo, em obediência às orientações dominantes na União Europeia de limitar o acesso e a circulação dos cidadãos originários dos países menos desenvolvidos.

A iniciativa política e legislativa do PCP e dos deputados eleitos pela CDU, que aproveitaram o facto de não existir maioria absoluta de um só partido para contribuir decisivamente para a aprovação parlamentar de diversas leis muito positivas para as comunidades imigrantes em Portugal e para corrigir alguns dos aspectos mais críticos da nova Lei de Estrangeiros.

é tempo de prestar contas ...

Cumprimos porque nos opusemos firmemente à nova “lei de estrangeiros” aprovada pelo Governo, discriminatória, repressiva e fechada em relação aos imigrantes, que foi por nossa iniciativa chamada a apreciação parlamentar, onde **conseguimos fazer aprovar várias alterações positivas**.

Destacamos, entre as **alterações introduzidas na lei por proposta do PCP**:

- consideração da união de facto para efeitos de reagrupamento familiar;
- proibição da manutenção de cidadãos por mais de 48 horas na zona internacional do aeroporto;
- permissão de os titulares de vistos

de estudo exercerem a título complementar uma actividade profissional;

- diminuição de 10 para 6 anos do período de residência exigido para obtenção de autorização de residência permanente;
- participação do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração nos casos de recusa de renovação de autorização de residência.

Cumprimos porque fomos o primeiro partido a apresentar um projecto de lei contra a discriminação racial, que conduziu à aprovação pela primeira vez em Portugal de uma lei que proíbe e sanciona todas as práticas discriminatórias por causa da raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.

Cumprimos porque apresentámos um projecto-lei sobre direitos das Associações de Imigrantes, que foi acolhido na lei aprovada e que atribui a estas um amplo conjunto de direitos de participação e de apoios por parte do Estado às suas actividades.

Cumprimos porque apresentámos um projecto de lei para a revogação de toda a legislação discriminatória sobre trabalho de estrangeiros, tendo sido parcialmente acolhidas as nossas propostas na lei aprovada sobre esta matéria.

Cumprimos porque contribuímos com as nossas propostas para tornar o processo extraordinário de regularização de estrangeiros

